

Educação financeira no Brasil em 2019: desafios e oportunidades

A educação financeira é uma competência essencial para os indivíduos que estão inseridos em um cenário financeiro cada dia mais complexo. Assim, o presente artigo terá como objetivo geral analisar a influência das estruturas atuais da sociedade no condicionamento dos indivíduos para o progresso social, por meio da educação financeira. A elaboração das propostas educacionais serviu, historicamente, a diversos contextos no Brasil. A educação financeira, no sentido proposto, viria para conciliar a objetivação da felicidade à elaboração de estratégias de satisfação material pelos indivíduos. Essa necessidade advém da demanda crescente que se manifesta aos passos que cada indivíduo avança em se tornar uma unidade produtiva autônoma na sociedade do conhecimento, como também gerencia capital humano (competências adquiridas e aplicáveis à geração de bens e serviços) bem como da associação deste aos demais tipos de capital, como, por exemplo, o físico e financeiro. Educar financeiramente as novas gerações soa complexo em uma realidade que histórica e culturalmente não possui apreço nem compromisso com esse elemento essencial para o bem-estar material de uma sociedade. Nesse caso, sendo a educação financeira matéria obrigatória nas escolas, há a oportunidade de reversão desse quadro de modo mais ativo. Contudo, o ensino dessa matéria foi incorporado apenas muito recentemente e, nesse campo, as poucas iniciativas ainda não parecem suficientes para impactar significativamente um problema que já ultrapassa gerações.

Palavras-chave: Indivíduo; Sociedade; Educação Financeira.

Financial education in Brazil in 2019: challenges and opportunities

Financial education is an essential competency for individuals who are embedded in an increasingly complex financial landscape. Thus, the present article will have as general objective analyze the influence of the present structures of the society in the conditioning of the individuals for social progress, through financial education. The elaboration of the educational proposals served, historically, to diverse contexts in Brazil. Financial education, in the sense proposed, would come to reconcile the objectification of happiness to the elaboration of strategies of material satisfaction by individuals. This need arises from the increasing demand that manifests itself in the steps that each individual advances in becoming an autonomous productive unit in the knowledge society, but also manages human capital as well as the association of this to the other types of capital, such as physical and financial. Educating financially the new generations sounds complex in a reality that historically and culturally has no appreciation or commitment to this essential element for the material well-being of a society. In this case, since financial education is a compulsory subject in schools, there is an opportunity to revert this picture more actively. However, the teaching of this subject has only recently been incorporated and, in this field, the few initiatives still do not seem sufficient to significantly affect a problem that has gone beyond generations.

Keywords: Individual; Society; Financial Education.

Topic: **Finanças Empresariais**

Received: **12/06/2019**

Approved: **10/09/2019**

Reviewed anonymously in the process of blind peer.

Victor Assis Gomes 

Universidade Federal de Sergipe, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/0970271415002044>
<http://orcid.org/0000-0002-8257-6198>
summoner_aju@hotmail.com

Alvani Bomfim de Sousa Júnior 

Faculdade Uninassau de Aracaju, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/6358502728889050>
<http://orcid.org/0000-0002-8714-4175>
alvanijunior@yahoo.com.br



DOI: 10.6008/CBPC2674-6433.2019.002.0002

Referencing this:

GOMES, V. A.; SOUSA JÚNIOR, A. B.. Educação financeira no Brasil em 2019: desafios e oportunidades. **Business Journal**, v.1, n.2, p.8-16, 2019. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2674-6433.2019.002.0002>

INTRODUÇÃO

A educação financeira é uma competência essencial para o atual cenário financeiro de complexidade crescente. Apesar de sua importância, vários estudos alertam que parte significativa da população mundial é prejudicada pela carência de uma alfabetização financeira adequada e que esse problema é tão grave quanto é urgente (LUSARDI et al., 2011; ATKINSON et al., 2012; BROWN et al., 2013; THALER, 2013; WORLD BANK, 2014).

É evidente que, no Brasil, a falta de educação financeira para uma significativa parte da população, estendida por gerações, venha a ser um dos fatores decisivos para o alto índice de inadimplência e endividamento nos últimos anos (DUTRA, 2018). Tem sido observado o alarme nível de dificuldade que adultos tem em lidar com assuntos relacionados a finanças, sendo que, no Brasil, encontramos, conforme a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (CNC, 2016), haver cerca de 8,9 milhões de famílias brasileiras inadimplentes, o que corresponderia a 56,6% da população.

Ainda, entra nesse cenário o aumento na expectativa de vida do brasileiro que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013) torna ainda mais imperativa a discussão acerca da gestão do patrimônio pessoal, tendo em vista evitar a perda de padrão de vida na fase de desfruto do ciclo da vida econômica. Nesse contexto, a crise econômica de 2008, veio a dar certo nível de destaque para o tema, uma vez que foi um momento oportuno para que as pessoas se sensibilizassem quanto ao nível de endividamento familiar, que as tornaria mais fragilizadas, e conseqüentemente levando a discussões mais intensas em relação à educação financeira (MEC, 2017).

Pode ser atribuído, como pressuposto, a noção ao ensejo inicial de projetos, já em ação, que a introdução da educação financeira no Brasil não obtenha, de início, grande parte dos retornos sociais esperados. Autores como Potrich et al. (2015) consideram ser indispensável para a adoção de estratégias eficazes de alfabetização financeira que exista, como base para a estratégia a ser adotada, um modelo que defina e permita mensurar o nível de competência financeira dos indivíduos, como também possibilitar identificar quais são os focos prioritários de ação.

O presente trabalho está voltado para a temática da educação financeira, com o objetivo de relacionar o atual estado de produção científica acerca do tema no caso brasileiro. Assim, o presente artigo terá como objetivo geral analisar a influência das estruturas atuais da sociedade no condicionamento dos indivíduos para o progresso social, por meio da educação financeira. Essa pesquisa utilizará como fontes a bibliografia existente em pesquisas que abordam, mas não se limitam à compreensão de: i) conhecimentos em matéria de finanças; ii) nível de consciência sobre as decisões financeiras, e; iii) reflexos que vem sendo traçados em termos das atitudes dos indivíduos em relação aos recursos financeiros.

A metodologia que é utilizada no presente trabalho tem por base a pesquisa exploratória, de naturezas qualitativa e descritiva. A forma descritiva de abordagem é aquela que, de maneira geral, visa determinar a frequência das ocorrências de algo ou o relacionamento de algo para com outro objeto de estudo (COLLIS et al., 2005). Assim, opta-se pelo estudo exploratório, uma vez que se busca identificar a

relação entre as diversas iniciativas de educação financeira e os diferentes contextos e realidades do caso brasileiro.

Justifica-se, ainda, pela realização da abordagem por meio do método dedutivo, nos moldes propostos por Lakatos et al. (2003), que o descrevem, nas suas próprias palavras, como “o método no qual se parte de princípios considerados indiscutíveis, teorias e leis possibilitando chegar em conclusões de virtude lógica” (LAKATOS et al., 2003).

Tendo como ponto de início da presente exploração, se fará a discussão acerca da história e inserção da educação financeira no Brasil, de quais formas de problemas sociais motivariam a realização de iniciativas públicas voltadas à transformação de dificuldades em potencialidades aproveitadas em função do desenvolvimento social. Assim, seguiremos para a indagação sobre métricas para avaliação dos resultados da educação financeira no Brasil, sobre quais fatores influenciam a necessidade de uma atuação do Estado, quais necessidades podem ser atendidas de modo amplo e adequado, bem como sobre de qual forma as iniciativas existentes voltadas à solução desses problemas pode ou tem tido efeito. Por último, seguiremos para a conclusão e referências bibliográficas.

DISCUSSÃO TEÓRICA

História e inserção da educação financeira no Brasil

A elaboração das propostas educacionais serviu, historicamente, a diversos contextos no Brasil. Os primeiros educadores europeus em terras brasileiras foram os jesuítas, com a Companhia de Jesus, que buscavam a “formação integral do homem cristão” (GHIRALDELLI JUNIOR, 2008). Essa primeira experiência teve efeito amplo no território, uma vez que o ensino gratuito já era encontrado em instituições de diversas regiões no final do século XVI.

Em meados do século XVIII, com as reformas pombalinas, foi determinada a adaptação do modelo empreendido no país às transformações econômicas, culturais e políticas que ocorreram na Europa Iluminista (MAXWELL, 1996). Desde o Brasil Império até então, o ensino foi separado em níveis primário, secundário e superior, e foi fortemente parametrizado em torno do rigor dos exames como vestibulares e testes de aptidão, que afunilam fortemente os ensejos de acesso e sucesso escolar. Paradoxalmente, a educação apresenta-se com um orçamento limitado e um elenco de ofertas de vagas nem sempre em condições qualitativas e quantitativamente satisfatórias, tendo uma realidade em que o ambiente é permeado por abandono, repetição de séries e progresso entre os níveis de ensino a passos lentos (GHIRALDELLI JUNIOR, 2008).

A liberdade de fazer as próprias escolhas é comprometedora, pois torna imperativo analisar, testar e validar como fontes de incertezas e ansiedades. Contudo, o mesmo comprometimento voltado ao enriquecimento patrimonial ilude o indivíduo a adotar posicionamentos que podem estar voltados à perpetuação do status quo de felicidade objetivada, porém inconsciente de que somente está atuando em favor do resultado de satisfação material. A educação financeira, no sentido proposto, viria para conciliar a

objetivação da felicidade à elaboração de estratégias de satisfação material.

A Riqueza das Nações (SMITH, 1776) oferece uma das primeiras descrições coletadas do mundo sobre a fundamentação do construto social da riqueza e é hoje um trabalho que recebeu mais atenção que qualquer outra literatura da economia clássica. Ao refletir sobre a economia, o livro aborda tópicos relacionados à construção da riqueza como um trabalho de diversas facetas, através do trabalho partindo de indivíduos, dando alicerces aos conceitos modernos de divisão do trabalho, produtividade, mercado e liberdade.

Relações do indivíduo com a sociedade são naturalmente bilaterais, entre o indivíduo e o contexto, evolutivamente formando crenças e valores. Smith (1776), em suas obras, idealiza um 'sistema de liberdade natural' (ou 'mão invisível') onde o esforço individual era a raiz produtora do bem social, através de decisões que podiam ou não ser socialmente pactuadas. Smith (1776) acreditava que até mesmo os egoístas dentro da sociedade tinham um certo impacto positivo e fatalmente trabalhavam pelo bem de todos quando atuavam em um mercado competitivo. Ridenti (2001) coloca categoricamente que o "Estado aparece como representação do conjunto da sociedade, jamais como expressão de antagonismos sociais", sendo assim um construto social que se apoia ou se objetiva de acordo com a consciência que adota.

De acordo com Fromm (1968), o homem tem como objetivo único verdadeiro o interesse no desenvolvimento total de suas potencialidades. Nesse âmbito, a competência financeira é um tipo excepcional de capital humano que, de modo não específico ao caso brasileiro, vem sendo desenvolvido principalmente devido ao acúmulo de experiências ao longo do percurso de vida, por meio do contato com fatos que estimulam e desafiam a capacidade para realizar a gestão de receitas e despesas, bem como da poupança, de forma eficaz (DELAVANDE, 2008).

Uma das possibilidades mais amplas e generalizadas do valor da educação financeira para as pessoas vem da capacidade das pessoas, ao obter consciência do poder do dinheiro, estar usando-o para gerar mais dinheiro (GAVA, 2004). A atitude em relação ao dinheiro, conforme Moreira (2002) tem participação nos mais diversos momentos da vida das pessoas, e ocupa o lugar de um recurso indispensável na vida econômica e social.

O início de grande parte das inovações modernas teve como ponto de partida o período de meados do século XX, no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Dentre as principais contribuições, houve a introdução de novos meios de comunicação em massa. Com a rápida migração para as cidades, grande parte das tecnologias desenvolvidas seriam rapidamente acessadas. Assim, se faria necessária a implantação de projetos de aprendizagem acelerada não apenas para o uso das novas tecnologias, mas de novos contextos de vida social.

A facilidade de acesso ao crédito constituiu um enorme incentivo ao consumo desmensurado, o que pode elevar o risco financeiro da economia. Similarmente, o acesso de um maior número de pessoas ao sistema bancário criou um ambiente com riscos maiores atrelados à elevação dos padrões consumo do cidadão médio. Por esse motivo, diversos países ao redor do mundo estão demonstrando interesse em desenvolver a competência financeira da população, o que vem sendo obtido por meio da criação de

estratégias nacionais, buscando oferecer oportunidades de aprendizagem para os diferentes níveis educacionais (ATKINSON et al., 2012).

Um dos principais trabalhos que serviram de base para a propagação recente da educação financeira pelo mundo foi o *Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies* (OECD, 2005a), conteúdo que foi seguido pelo *Recommendation on Principles and Good Practices For Financial Education and Awareness* (OECD, 2005b), visando orientar governos. No documento, é definido como recomendação de que a educação Financeira tenha início na escola, pois, as pessoas deveriam ter aprendizado formado desde cedo em suas vidas sobre questões financeiras.

As estratégias voltadas à educação financeira no Brasil foram instituídas como prioridade expressa com a publicação do Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010 (BRASIL, 2011), documento que trata da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), estabelecendo a base para o desenvolvimento de ações sobre o tema de forma integrada e compartilhada com órgãos e entidades públicas e da sociedade, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Até então, o modelo educacional brasileiro vinha exigindo muito pouco em termos de alfabetização financeira. O aluno poderia estar saindo do ensino médio sem uma educação específica e formal sobre as melhores práticas em gerenciar seus ativos e passivos, isto é, seu patrimônio. No que tange ao ensino superior, esse tema também parece ser entendido como dotado de baixa prioridade (LIMA et al., 2009). Por essa razão, o modelo atual de educação financeira pautar-se-ia nas esferas da educação fundamental e, de modo continuado, no ensino médio, voltando-se à resolução de demandas antigas do povo brasileiro e fomentando a formação de competências requeridas para a cidadania global.

O fato é que, como a população em idade ativa está num curso de declínio como uma parcela do total demográfico nos próximos anos, o Brasil está para enfrentar um significativo problema quanto ao envelhecimento da população. Sem o desenvolvimento das habilidades certas, as pessoas poderão sofrer com a perda do padrão de vida, podendo vir a estarem se aproximando de um destino à margem da sociedade em um mundo globalmente conectado e cada vez mais complexo.

Métricas para avaliação dos resultados da educação financeira no Brasil

No contexto brasileiro, ainda não há consensos acerca dos estudos que buscam avaliar a competência financeira dos indivíduos, uma vez que o assunto está surgindo em apenas algumas pesquisas, as quais apontam diferenças em relação aos índices socioeconômicos e demográficos (FLORES et al., 2013; POTRICH et al., 2013).

Borges (2013) considera que a educação financeira se pauta, pelo menos, nas áreas de: i) compreensão do dinheiro e outros recursos financeiros; ii) Finanças pessoais; iii) Planejamento financeiro; e iv) compreensão do dinheiro e outros recursos financeiros. Isso se deve ao fato que oportunizam o entendimento sobre benefícios e impactos do exercício da gestão dos indivíduos sobre as finanças pessoais.

O ser humano se tornou o pilar central no desenvolvimento social, ao passo que desenvolver-se assumiu uma posição muito mais crítica na condução de processos eficientes e bem-sucedidos na sociedade.

No momento da mudança, é importante considerar o nível que poderia representar o momento de maior resistência, devido às práticas passadas, sobretudo aquelas enraizadas em situações do passado, como os movimentos explosivos da economia que se fizeram presentes em décadas anteriores.

A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são produtores dessa realidade e se está, na inversão das práxis, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, e tarefa dos homens. (FREIRE, 2005)

Ainda que as dificuldades financeiras isoladas sejam um fenômeno facilmente controlável, o conjunto dessas realidades tende a afetar a sociedade, o que se manifesta pelo sacrifício ao potencial de desenvolvimento humano, pela pressão sobre as redes de proteção social e pelos efeitos sistêmicos de natureza econômica, sobretudo no que tende a contribuir para a resiliência e eficiência do sistema financeiro (ENEF, 2011)

Educar financeiramente as gerações mais recentes demonstra certa complexidade, devido ao histórico e cultura de não possuímos, em nossa realidade, muito apreço ou compromisso com esse elemento essencial para o bem-estar material de uma sociedade. De acordo com Borges (2013), o comportamento familiar em relação aos recursos financeiros serve de exemplo para os parentes, notadamente os filhos. Na hipótese de exposição prolongada ou forte influência de um comportamento de consumismo, por exemplo, estaria sendo estabelecida uma propensão de, mais tarde na vida, colocar indivíduos a deparar-se com dificuldades para lidar independentemente das finanças.

A ênfase na implementação da modalidade Educação Financeira objetiva permitir que os jovens, na aquisição de conhecimentos e capacidades fundamentais, possam eleger rumos nas decisões voltadas à projetos futuros, onde terão que tomar posições acerca das finanças pessoais. Definir a alfabetização financeira, na visão de Berverly et al. (2005) é relacionar os indivíduos aos conhecimento e habilidades dos no que tange ao gerenciamento dos ativos financeiros, como dinheiro em caixa, o controle de cheques, o gerenciamento de cartões de crédito, a elaboração de orçamentos e o entendimento do contexto para a tomada de empréstimos.

Thaler (2013) sugere que a competência financeira está significativamente correlacionada a diversos fatores, dos quais poderíamos destacar a Educação Superior como o mais significativo. Atkinson et al. (2012) obtiveram como resultado que a competência financeira tem a propensão a ser superior dentre os adultos, mais próximo da metade do ciclo de vida, e geralmente é apontando na direção oposta quanto aos jovens e idosos.

Monticone (2010) e Atkinson et al. (2012) apresentaram que, nos contextos de sua pesquisa, baixos níveis de renda estão, infelizmente, coincidentes com baixos níveis de competência financeira. Além disso, Chen et al. (1998) e Research (2003) destacaram que os indivíduos com mais longo tempo de serviço despontam como mais competentes financeiramente, o que pode indicar uma correlação positiva entre experiências no contexto do trabalho e inteligência financeira.

Muitas das variáveis as quais podemos assentar como significativas resistências para o avanço de um modelo mais dinâmico de indivíduo têm sido a carência da introdução da educação financeira,

historicamente, nos contextos familiares, ambiente que pode fazer com que apareçam interações coercitivas, com base na utilização de prêmios e castigos, falhas de comunicação e, até mesmo, relativa desinformação (FONSECA, 2001). O indivíduo, ao refletir passivamente o contexto o qual está inserido, terá conseqüentemente uma alta probabilidade de não assumir uma atitude transformadoras nas suas interações.

A Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) entende que a denominada competência financeira é uma combinação de consciência, conhecimento, habilidade, atitude e comportamento elencados para tomar decisões financeiras e, por fim, alcançar um maior nível de bem-estar financeiro individual (OECD, 2013). Observamos, conforme Macedo Junior. (2007), que a população brasileira, em sua grande parte, apresenta dificuldades para gerir seu patrimônio, bem como as dívidas, dificultando a aquisição de bens em momentos críticos e comprometimento excessivo das finanças para enfrentar momentos de crise e desemprego.

Vieira (2004) defende que os consumidores se tornam usuários da informação na forma de colocá-las no papel de ponto de partida para a resolução de problemas, como é o caso do processo de decisão. O processo de decisão, desse modo, atende aos padrões de comportamento que envolvem a busca de informações, a avaliação de alternativas e, por fim, a decisão de compra. Dados como os encontrados por Research (2003) permitem diferenciar que pessoas solteiras tem uma tendência significativamente maior a ter menores conhecimentos financeiros do que indivíduos casados, os quais seriam, teoricamente, mais propensos à necessidade de fazer frente ao gerenciamento do patrimônio de modo mais eficaz.

A interdisciplinaridade da aprendizagem financeira implica o reconhecimento de que esse conhecimento é estabelecido por meio de um diálogo permanente com áreas de conhecimento diversas (MAIA, 2000). Assim, a adoção de estratégias que busquem abordar os comportamentos dos indivíduos deve ter, essencialmente, a natureza interdisciplinar, o que parece ter sido incluído de forma íntegra nas competências da nova Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018).

As estratégias da educação financeira podem ser definidas com base na necessidade dos indivíduos do planejamento para um conjunto de metas direcionadas ao planejamento orientado para futuros que podem, ainda, ser definitivamente incertos. Tendo como base uma visão do objetivo, isto é, na formação de um construto mental que busca aproximar aonde estamos a aonde os aspirasse estar, pode-se definir um mapa do que é esperado não só do tipo de instituições, de ações, das pessoas e das etapas necessárias para alcançar o objetivo de impacto social, por meio da educação financeira.

CONCLUSÕES

O sucesso na implantação de estratégias matéria de educação financeira num ambiente social pode repercutir numa maior capacidade de melhorar a realidade de vida em conjunto, servir para a descoberta de melhores caminhos para um futuro melhor e transformar dificuldades em oportunidades. Tem sido evidenciada uma evolução nas discussões acerca do tema da educação financeira nos últimos anos, ainda que persista uma necessidade inerente de maior participação do governo e da sociedade em geral no

processo de adequação à nova cultura de consumo de bens e serviços, inovações tecnológicas, bem como de complexidade e diversidade de ativos financeiros.

A despeito de qualquer destinação do processo de elaboração dos planos de aprendizagem, seja ele para preparar para o progresso científico, para o trabalho, para a sociedade ou para a vida, as necessidades da vida moderna, bem como os anseios da população pela cidadania, pelo acúmulo de riquezas e pelo desfrute das oportunidades, bem como para o lazer, indicam para uma velocidade superior à que estão sendo produzidas mudanças no âmbito da preparação dos indivíduos para lidar com essas realidades.

Embora a educação atual possua currículo amplo e diversificado, a necessidade de conhecimentos que não estão compreendidos no âmbito da formação escolar despontaria estar minimizando os benefícios que uma parte relevante dos aprendizados práticos para atingir um padrão de vida melhor por meio da gestão de seu patrimônio financeiro poderiam estar auferindo no médio e longo prazo.

Partimos do princípio de que muitos pais não transmitem conhecimentos em educação financeira para os filhos. Nesse caso, sendo a educação financeira matéria obrigatória nas escolas, há a oportunidade de reversão desse quadro de modo mais ativo. Contudo, o ensino dessa matéria foi incorporado apenas muito recentemente e, nesse campo, as poucas iniciativas ainda não parecem suficientes para impactar significativamente um problema que já ultrapassa gerações. Porém, quanto ao nível de disseminação de iniciativas em educação financeira, esse índice ainda pode ser considerado tímido.

A revisão bibliográfica conclui que, após serem considerados os condicionantes da realidade atual, as políticas e iniciativas públicas deverão ser mantidas, aprofundadas e difundidas com caráter de investimento social, que deve ser internalizado e ter adesão da sociedade. As ameaças da exclusão, da pobreza e da desigualdade, sendo detentores de significativa importância ao progresso da sociedade, deverão ser os objetos dessa transformação continuada da realidade, e as barreiras à cidadania plena logo então tornar-se-ão mais permeáveis, promovendo ações mais democráticas e com maior engajamento dos indivíduos.

Ainda assim, é promissor engendrar novas formas de inovar e incentivar com meios de promover a cidadania e o desenvolvimento social, com a motivação de beneficiar o surgimento e a formalização dos pequenos empresários, a maior dinamização e participação da população nas oportunidades financeiras globais capacitando, desenvolvendo e aproximando comunidades às fontes de renda fundamentais para a sustentabilidade do ciclo virtuoso da economia e possibilitando a redução da pobreza, das desigualdades e das barreiras ao exercício pleno da cidadania.

REFERÊNCIAS

ATKINSON, A.; MESSY, F.. **Measuring financial literacy: results of the OECD/International Network on Financial Education (INFE)**. OECD, 2012.

BERVERLY, S.; BURKHALTER, E. K.. Improving the Financial Literacy and Practices of Youths. **Children & Schools**, v.27, n.2, 2005.

BORGES, P.. A influência da educação financeira pessoal nas decisões econômicas dos indivíduos. In: ENCONTRO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. Campo Mourão, 8. **Anais**. 2013.

BRASIL. **Decreto 7.397 de 22 de dezembro de 2010**. Brasília: DOU, 2011.

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.
- BROWN, M.; GRAF, R.. Financial literacy and retirement planning in Switzerland. **Numeracy**, v.6, n.2, 2013.
- CHEN, H.; VOLPE, R. P.. An analysis of personal financial literacy among college students. **Financial Services Review**, v.7, n.2, p.107-128, 1998.
- COLLIS, J.; HUSSEY, R.. **Pesquisa em Administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- CNC. Confederação Nacional do Comércio de Bens. **Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic)**. CNC, 2016.
- DELAVANDE, A. R.. **Preparation for retirement, financial literacy and cognitive resources**. Michigan Retirement Research Center, 2008.
- DUTRA, P. A.. **Racionalidade econômica, educação financeira e consumo consciente**. Curitiba: UFSC, 2018.
- ENEF. Estratégia Nacional de Educação Financeira. **Avaliação de Impacto do Projeto de Educação Financeira nas Escolas em 2010**. Brasília: ENEF, 2011.
- FLORES, S. A.; VIEIRA, K. M.; CORONEL, D. A.. Influência de fatores comportamentais na propensão ao endividamento. **Revista de Administração**, v.12, n.2, p.13-35, 2013.
- FONSECA, C.. **A evolução do comportamento antissocial**. Coimbra: Centro de Psicologia da Universidade de Coimbra, 2001.
- FREIRE, P.. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- FROMM, E.. **Análise do Homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- GAVA, F.. **As finanças pessoais: entendendo os problemas financeiros e balanceando o orçamento doméstico**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.
- GHIRALDELLI JUNIOR, P.. **História da educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 2008.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tábua Completa de Mortalidade**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A.. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.
- LIMA, M. S.; DETONI, D. J.. Educação financeira para crianças e adolescentes. In: JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL, 7. **Anais**. Cascavel: CPE, 2009.
- LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S.. Financial literacy and retirement planning in the United States. **Journal of Pension Economics and Finance**, v.10, n.4, p.509-525, 2011.
- MACEDO JUNIOR, J. S.. **A Árvore do Dinheiro: guia para cultivar a sua independência financeira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- MAIA, E.. **A reforma do Ensino Médio em questão**. São Paulo: Biruta, 2000.
- MAXWELL, K.. **Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- MEC. Ministério da Educação. **MEC apoia inserção da temática educação financeira no currículo da educação básica**. Brasília: MEC, 2017.
- MONTICONE, C.. How much does wealth matter in the acquisition of financial literacy?. **The Journal of Consumer Affairs**, v.44, n.2, p.403-422, 2010.
- MOREIRA, A. S.. Dinheiro no Brasil: um estudo comparativo do significado do dinheiro entre as regiões geográficas brasileiras. **Estudos de Psicologia**, v.7, n.2, p.379-387, 2002.
- OECD. Organisation for Economic Co-Operation and Development. **Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies**. 2005a.
- OECD. Organisation for Economic Co-Operation and Development. **Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness**. 2005b.
- OECD. Organisation for Economic Co-Operation and Development. **Financial literacy and inclusion: Results of OECD/INFE survey across countries and by gender**. Paris: OECD, 2013.
- POTRICH, A. C.; VIEIRA, K. M.. Determinantes da Alfabetização Financeira: Análise da Influência de Variáveis Socioeconômicas e Demográficas. **Revista Contabilidade & Finanças**, v.26, n.69, p.362-377, 2015.
- POTRICH, A. C.; VIEIRA, K. M.; CERETTA, P. S.. Nível de alfabetização financeira dos estudantes universitários: afinal, o que é relevante?. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v.12, n.3, p.315-334, 2013.
- RESEARCH, R. M.. **Survey of adult financial literacy in Australia**. ANZ Banking Group, 2003.
- RIDENTI, M.. **Classes sociais e representação**. São Paulo: Cortez, 2001.
- SMITH, A.. **An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations**. London: W. Strahan, 1776.
- VIEIRA, V. A.. **Consumerismo: Uma revisão nas áreas de influência do comportamento do consumidor**. Francisco Beltrão: UNIPAR, 2004.
- WEATHERFORD, J.. **A História do Dinheiro**. Rio de Janeiro: Elsevier.
- WORLD BANK. **Global financial development report: financial inclusion**. WORLD BANK, 2014.